

PROVA “A”

1) Assinale a alternativa correta:

- a) Ao Ministério Público compete, com exclusividade, promover a ação penal pública ou privada, na forma da lei.
- b) É função institucional privativa do Ministério Público a propositura de ação civil pública para a proteção do meio ambiente, do patrimônio público e social e de outros interesses transindividuais.
- c) É facultada ao Promotor de Justiça a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, desde que estas exerçam atividades compatíveis com as funções institucionais do Ministério Público.
- d) Cabe ao Ministério Público, sem exclusividade, promover a ação de inconstitucionalidade e a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.

2) Considere as seguintes afirmações:

- I - As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, salvo expressa e excepcional designação de promotor *ad hoc* pelo chefe da instituição.
- II - Os membros do Ministério Público devem residir nas comarcas onde exerçam suas atribuições, salvo autorização da Corregedoria-Geral.
- III - O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica.
- IV - As funções do Ministério Público não podem ser exercidas por promotores *ad hoc* e aos membros do Ministério Público impõe-se o dever de residir na comarca de lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) A afirmação I é correta e as demais falsas.
- b) A afirmação IV é correta e as demais falsas.
- c) As afirmações III e IV são corretas e as demais falsas.
- d) As afirmações II e IV são corretas e as demais falsas.

3) Assinale a alternativa incorreta:

- a) É função institucional do Ministério Público o controle externo da atividade policial.
- b) É função institucional do Ministério Público presidir o inquérito policial.
- c) É função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- d) É função institucional do Ministério Público a defesa em juízo dos direitos e interesses das populações indígenas.

4) A Constituição confiou ao Ministério Público, dentre outras, a função de:

- I - prestar consultoria a entidades públicas com o objetivo de assegurar que estas concretizem os direitos sociais previstos na Lei Maior.
- II - representar judicialmente as entidades públicas e aquelas que realizem serviços de relevância pública, garantindo, assim, que respeitem os direitos fundamentais dos cidadãos.
- III - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- IV - expedir requisições para obtenção de informações, documentos, realização de exames

PROVA “A”

e perícias, e notificações para ouvir pessoas nos procedimentos administrativos de sua competência.

Assinale a alternativa correta:

- a) As afirmações II e IV são corretas.
- b) As afirmações III e IV são corretas.
- c) As afirmações I e III são incorretas.
- d) As afirmações I e II são corretas.

5) É garantia dos membros do Ministério Público:

- a) recebimento de parcela das custas processuais.
- b) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão administrativa transitada em julgado.
- c) exercer a advocacia.
- d) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

6) É correto dizer que aos membros do Ministério Público é permitido:

- a) exercer a advocacia apenas na hipótese de representação da Fazenda Pública.
- b) exercer a advocacia em favor de incapazes e hipossuficientes, desde que não recebam honorários.
- c) exercer a advocacia depois da aposentadoria ou exoneração, respeitado, todavia, o prazo de três anos, contados do afastamento, para realização de tais atividades perante os órgãos judiciais junto aos quais oficiavam antes da cessação do exercício público.
- d) exercer a advocacia na representação da Fazenda Pública e de outras entidades, desde que tenham entre suas finalidades a defesa do interesse público, destinando-se eventuais honorários a um fundo gerido por um Conselho

Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

7) É correto afirmar que o Ministério Público:

- a) integra os quadros do Poder Judiciário.
- b) não está subordinado aos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- d) é incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de todos os direitos individuais disponíveis.

8) “Os membros do Ministério Público podem ser substituídos uns pelos outros segundo a forma estabelecida na lei.” Tal afirmativa reflete o seguinte princípio institucional:

- a) especialidade.
- b) indivisibilidade.
- c) independência funcional.
- d) vitaliciedade.

9) São excludentes de ilicitude:

- a) estado de necessidade, imputabilidade e exercício regular de direito.
- b) legítima defesa, doença mental e estrito cumprimento de dever legal.
- c) exercício regular de direito, embriaguez involuntária e estado de necessidade.
- d) estrito cumprimento de dever legal, estado de necessidade e exercício regular de direito.

10) Na culpa consciente, o agente:

- a) prevê o resultado e, conscientemente, assume o risco de produzi-lo.

PROVA “A”

b) prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que ele não ocorra.

c) não tem a previsão quanto ao resultado, mas, com sua conduta, assume o risco de produzi-lo.

d) não tem a previsão quanto ao resultado, mas age sem o dever objetivo de cuidado.

11) São causas extintivas da punibilidade:

a) morte do agente, prescrição e indulto.

b) conexão, indulto e perdão judicial, nos casos previstos em lei.

c) decadência, anistia e litispendência.

d) morte do agente, coisa julgada e renúncia ao direito de queixa, nos casos de ação penal privada.

12) São efeitos da condenação:

I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

II – a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

III – a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

IV – a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé, de todo o patrimônio pertencente ao condenado, desde que declarado em seu imposto de renda.

Assinale a alternativa correta:

a) apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

c) apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

13) Será obrigatoriamente revogada a suspensão condicional da pena se, no curso do prazo, o beneficiário:

a) for condenado, em sentença irrecorrível, por crime culposo.

b) for condenado, em sentença irrecorrível, por contravenção.

c) for denunciado pelo Ministério Público por outro delito.

d) for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso.

14) Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta:

I – Considera-se território brasileiro o solo e o ar que se encontra acima desse solo. O mar é sempre território internacional.

II – As embarcações e aeronaves públicas brasileiras são consideradas extensões do território brasileiro.

III – Aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados em embarcações estrangeiras, de propriedade privada, quando em porto ou mar territorial brasileiro.

a) As afirmações I e II estão corretas.

b) As afirmações I e III estão corretas.

c) As afirmações II e III estão corretas.

d) Todas as afirmações estão incorretas.

15) Segundo o Código Penal, considera-se praticado o crime:

a) no momento da ação ou do resultado, variável que fica a critério do juiz.

b) no momento da cogitação do crime.

c) no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

PROVA "A"

d) no momento da comunicação do crime à autoridade policial.

16) Ao agente que, por desenvolvimento mental incompleto, era, no momento de sua ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato que praticou, será imposta:

a) pena e medida de segurança por prazo máximo indeterminado, pois o Código Penal vigente adotou o sistema do duplo binário.

b) pena e medida de segurança, consistente em tratamento ambulatorial, pelo mesmo período da pena imposta na sentença condenatória.

c) medida de segurança, consistente em tratamento ambulatorial, pelo mesmo período da pena imposta na sentença condenatória.

d) medida de segurança, consistente em tratamento ambulatorial, se o crime for apenado com detenção, ou internação - se o crime for apenado com reclusão - por prazo máximo indeterminado.

17) Pretendendo matá-lo, Fulano coloca veneno no café de Sicrano. Sem saber do envenenamento, Sicrano ingere o café. Logo em seguida, Fulano, arrependido, prescreve o antídoto a Sicrano, que sobrevive, sem qualquer seqüela. Diante disso, é correto afirmar que se trata de hipótese de:

a) crime impossível, pois o meio empregado por Fulano era absolutamente ineficaz para obtenção do resultado pretendido.

b) tentativa, pois o resultado não se consumou por circunstâncias alheias à vontade de Fulano.

c) arrependimento posterior, pois o dano foi reparado por Fulano até o recebimento da denúncia.

d) arrependimento eficaz, pois Fulano impediu voluntariamente que o resultado se produzisse.

18) Com relação às regras previstas no Código Penal sobre o concurso de pessoas, é correto afirmar que:

a) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, nem quando são elementares do crime.

b) o desvio subjetivo de conduta de um dos agentes do crime não tem relevância penal.

c) a participação, salvo disposição em contrário, não é punível, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

d) a participação de menor importância no crime não afeta de nenhum modo a pena do agente.

19) Constitui pena restritiva de direitos prevista no Código Penal:

a) prestação de serviço à comunidade.

b) detenção.

c) medida de segurança.

d) multa.

20) Sobre a personalidade civil da pessoa natural, assinale a alternativa correta:

a) começa do nascimento com vida.

b) começa aos 16 anos de idade.

c) começa aos 18 anos de idade.

d) começa aos 21 anos de idade.

21) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Para os menores, no entanto, cessará a incapacidade:

a) pelo ingresso em curso de ensino superior.

b) pelo casamento.

c) pelo exercício de estágio reconhecido.

PROVA “A”

d) pela obtenção de título de eleitor.

22) O Código Civil Brasileiro estabelece no artigo 78 que “nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes”. O domicílio citado corresponde ao chamado:

- a) domicílio legal.
- b) domicílio necessário.
- c) domicílio profissional.
- d) domicílio convencional.

23) Se o erro é escusável, o negócio jurídico:

- a) não poderá ser anulado.
- b) será necessariamente declarado nulo.
- c) poderá ser anulado.
- d) será tido por inexistente.

24) Acerca da prescrição, é correto afirmar que:

- a) o prazo prescricional corre entre cônjuges, mesmo na constância da sociedade conjugal.
- b) o prazo prescricional corre contra os ausentes do país em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- c) não corre contra os absolutamente incapazes.
- d) uma vez interrompida, volta a correr pelo tempo que restava.

25) Sobre a prova no Direito Civil, é correto afirmar que:

- a) são admitidos como testemunhas aqueles que, por enfermidade ou retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- b) a confissão de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados, tem plena eficácia.

c) mesmo aquele que, por estado ou profissão, deva guardar segredo, está obrigado a depor.

d) a confissão, o documento, a testemunha, a presunção e a perícia são considerados meios de prova.

26) O negócio jurídico será nulo quando:

- a) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- c) for lícito o seu objeto.
- d) a lei permitir a sua prática, mesmo cominando sanção.

27) É correto afirmar que:

- a) as benfeitorias voluptuárias são as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor
- b) os bens públicos dominicais são inalienáveis.
- c) os bens públicos podem ser usucapidos.
- d) são benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

28) A peça processual que dá início à ação penal pública é conhecida como:

- a) denúncia
- b) *notitia criminis*.
- c) representação do ofendido.
- d) queixa.

29) Nos termos do Código de Processo Penal, quando o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, o inquérito policial deverá ser encerrado no prazo de:

- a) 05 dias.
- b) 10 dias.

PROVA "A"

- c) 20 dias.
- d) 40 dias.

30) Assinale a alternativa incorreta:

- a) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- b) no processo penal vigora o princípio da verdade formal.
- c) o princípio da identidade física do juiz, no processo penal, estabelece que o juiz que presidir a instrução deverá prolatar a sentença.
- d) de acordo com o princípio da indisponibilidade, o Ministério Público não pode desistir da ação penal proposta e nem do recurso que haja interposto.

31) Assinale a resposta incorreta, quanto ao inquérito policial:

- a) o Juiz de direito não pode arquivar o inquérito policial de ofício.
- b) assegura-se, no inquérito policial, o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- c) o inquérito policial tem natureza inquisitiva.
- d) o inquérito policial é dispensável para o início da ação penal.

32) Assinale a alternativa correta:

- a) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime não se estende aos demais.
- b) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive para aquele que o recusar.
- c) considera-se perempta a ação penal, quando iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.

d) no caso de morte do acusado, o juiz declarará extinta a punibilidade independentemente de prévia oitiva do Ministério Público.

33) A possibilidade de posterior correção de eventual injustiça ou erro em decisões judiciais é um dos fundamentos do:

- a) princípio do juiz natural.
- b) princípio da motivação.
- c) princípio do duplo grau de jurisdição.
- d) princípio da inércia.

34) Quanto à aplicação de alterações da lei processual civil é correto afirmar que:

- a) não se aplica ao processo já em curso.
- b) tem aplicação imediata, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- c) aplica-se ao processo em andamento se não prejudicar o réu.
- d) cabe ao juiz decidir se aplicará a lei nova ou a lei anterior, de acordo com a conveniência ao melhor andamento processual.

35) Nos termos do Código de Processo Civil, não compete ao Ministério Público intervir:

- a) nas causas em que se discutem direitos disponíveis entre maiores e capazes.
- b) nas causas que envolvam interdição de pessoas.
- c) nas causas em que há interesse público, evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- d) nas causas em que há interesse de incapaz.

36) Em relação à competência no processo civil assinale a alternativa incorreta:

PROVA "A"

- a) A incompetência absoluta pode ser reconhecida de ofício.
 - b) A competência relativa é improrrogável.
 - c) A conexão é causa de prorrogação da competência.
 - d) A competência absoluta é determinada visando resguardar o interesse público e não das partes.
- b) exercer atividade privada incompatível com sua condição funcional.
 - c) identificar-se, invocando sua qualidade funcional, em qualquer matéria alheia ao serviço.
 - d) realizar atendimento ao público nos limites da orientação que venha a receber.

37) Constitui uma das condições da ação:

- a) possibilidade jurídica do pedido
- b) valor da causa.
- c) recolhimento de custas.
- d) procuração.

38) O credenciamento dos estagiários do Ministério Público é ato do:

- a) Procurador-Geral de Justiça.
- b) Corregedor-Geral do Ministério Público.
- c) Conselho Superior do Ministério Público.
- d) Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

39) Em relação às vedações e deveres do estagiário é correto afirmar que:

- a) deverá apresentar relatório anual à Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- b) poderá exercer a advocacia.
- c) deverá manter sigilo sobre os fatos relevantes que tiver conhecimento no exercício das funções.
- d) poderá usar insígnias ou distintivos privativos dos membros do Ministério Público.

40) É permitido ao estagiário:

- a) usar papéis com o timbre do Ministério Público em qualquer matéria alheia ao serviço.

PROVA "A"

Gabarito Oficial

Nº questão	PROVA A
1	d
2	b
3	b
4	b
5	d
6	c
7	c
8	b
9	d
10	b
11	a
12	b
13	d
14	c
15	c
16	d
17	d
18	c
19	a
20	a
21	b
22	d
23	c
24	c
25	d
26	b
27	a
28	a
29	ANULADA
30	b
31	ANULADA
32	c
33	c
34	b
35	a
36	b
37	a
38	c
39	c
40	d